

Vozes do sertão: as narrativas regionais e a afirmação simbólica do antigo norte goiano

Profa. Msc. Viviane Cristina Oliveira (UFT)*

Resumo: Este texto apresenta algumas considerações sobre a literatura e seu espaço simbólico no estado do Tocantins, do que a obra de Moura Lima, considerado autor do primeiro romance tocantinense – Serra dos Pilões, Jagunços e Tropeiros –, é exemplar, por representar um espaço em que as vozes do sertão se fazem ouvir, ensaiam construir uma identidade, requerendo um lugar nos debates acadêmicos e nas histórias literárias. Nesse sentido, o presente trabalho – o qual se liga a um projeto de pesquisa desenvolvido em torno de alguns autores tocantinenses –, visa tecer algumas reflexões sobre a própria noção de sertão em sua relação com as narrativas regionais e a afirmação simbólica de uma identidade, no caso, a tocantinense.

Palavras-Chave: Regionalismo, sertão, Tocantins, identidade

1 Introdução:

Em texto dedicado à obra *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, Davi Arrigucci finalizava suas considerações sobre a relevância da mesma afirmando: “No Brasil, nós nos voltamos para o sertão quando desejamos saber quem somos ou para formular as perguntas para as quais não temos respostas. Retornamos sempre à terra achada e mesmo ao antes dela (...)” (ARRIGUCCI, 2010, p. 99). Walnice Nogueira Galvão igualmente dirá, em suas *Anotações à margem do regionalismo*, que “desde o início o fascínio do sertão se faz presente em nossas letras” (GALVÃO, 2000, p. 45), sendo este fascínio responsável por uma vasta produção que, focando o interior de nossa geografia, preocupou-se em conferir um retrato, não raro exótico, do país.

Na trilha de Antonio Candido que, em sua *Formação da Literatura Brasileira*, afirmava que o regionalismo “no Brasil, que ainda se apalpa e estremece a cada momento com as surpresas do próprio corpo, foi e é um instrumento de descoberta” (CANDIDO, 2007, p. 529), Davi Arrigucci e Walnice Nogueira revelam uma recorrente tendência da crítica literária em atribuir aos escritos regionalistas o papel de criação, ou mesmo revitalização, de uma identidade nacional, ainda que fragmentária e questionável. O sertão torna-se o espaço simbólico do que haveria de mais autêntico em um imenso território constantemente em busca de afirmação. É dessa forma que ele passa a ser focado por Candido quando o crítico desenha, em seus estudos, as origens e a continuidade do romance regionalista brasileiro.

O regionalismo como “fator decisivo de autonomia literária” (CANDIDO, 2007, p. 436) tem, de acordo com Candido, seu impulso inicial a partir do programa nacionalista romântico, o qual já focava algumas peculiaridades locais, das quais independiam os personagens, num movimento que se desenvolveria, com outros matizes, anos a fio em nossa prosa de ficção. Inicialmente guardando os preceitos românticos de idealização da paisagem e do homem do campo, essa prosa caminharia para um aguçamento da realidade que, se para o autor de *Formação da Literatura Brasileira* deu lugar com alguns autores pós-românticos a uma sub-literatura de baixa qualidade, produziria com alguns pré-modernos e, sobretudo, com os romancistas de 30 boa parte

* Viviane Cristina Oliveira, mestre em Teoria Literária pela Universidade Federal de Uberlândia e professora assistente do Curso de Letras, campus Porto Nacional, da Universidade Federal do Tocantins. E-mail: vivianecristina@uft.edu.br

do que de melhor se realizou em termos de prosa no Brasil. Panorama semelhante esboçou Walnice Nogueira Galvão ao construir uma linha evolutiva pautada em três regionalismos: o primeiro romântico, o segundo de viés naturalista, que se estenderia do final do século XIX aos primeiros decênios do século XX, e o terceiro dos romancistas de 1930, aos quais a problematização social e política em arte teria conferido um tom maduro e bem-sucedido se comparados às gerações anteriores.

Nestes percursos históricos é possível notar que essa literatura produzida “ao rés do chão”, para usar expressão de Walnice Nogueira, se por um lado é destacada em sua relevância de representação da nação e seus meandros, por outro é constantemente considerada tendência menor, plena de falhas especialmente estéticas. É nesse sentido que Alfredo Bosi, em sua *História Concisa*, apresenta uma prosa sertanista que, nascida do contato entre um Brasil urbano e um Brasil rural e provinciano, estaria fadada, especialmente após a voga do romance de 30 e salvo casos excepcionais como o de Guimarães Rosa, a ser “literatura de segunda plana que se louva por tradição escolar ou, nos casos melhores, por amor ao documento bruto que transmite” (BOSI, 1994, p. 141). Aliás, nesta afirmação de Bosi encontra-se não somente a nota crítica negativa que considera menor boa parte das produções ditas regionalistas, como também o impasse em abordar o que fica à margem do cânone especialmente quando o parâmetro para os juízos é a obra de Guimarães Rosa, à qual o termo regionalista passou a ser insuficiente – Rosa excederia a classificação, daí Candido considerar o seu um super regionalismo.

Chegando nesta, que é a encruzilhada em que se debate a crítica especializada ao tratar o sertão, ou melhor os vários sertões, posteriores ao universo Roseano, vale perguntar: Após a prosa de Guimarães Rosa, o que se fez e se tem feito em termos de regionalismo é menor, epigônico ou anacrônico? Contemporaneamente como a questão dos diversos regionalismos, ou regionalidades, poderia ser abordada? Os esquemas apresentados por críticos consagrados como Candido ainda são válidos? Ainda nos voltamos para o sertão, como sugeriu Arrigucci, para indagar quem somos? E que sertão seria esse? No caso de parte significativa da literatura que se tem produzido no Estado do Tocantins, ao qual neste texto dedica-se especial atenção, a resposta ao que sugeriu Davi Arrigucci seria sim, a terra ainda é mirada e indagada à procura de respostas, e mais, à procura do que as narrativas que se levantam nas mais diversas regiões almejam: a visibilidade capaz de conferir-lhes um lugar nos centros de circulação cultural e nas páginas das histórias da literatura brasileira.

As várias lacunas próprias a todo projeto historiográfico nos permitem questionar certas composições críticas, que ressaltam como principal valor de boa parte das obras regionalistas a representação de uma identidade regional, que se expandiria para o esboço do nacional, sem considerar ou problematizar outros aspectos, deixando muitos autores e obras à margem do cânone. Tratando-se do Tocantins, antigo norte goiano, é interessante notar que tais considerações ganham nova vida e múltiplas ressonâncias, conduzindo-nos a um movimento duplo: por um lado lidamos com o que está nessas margens da crítica (e não por ser menor ou de má qualidade) e, então, remamos contra a maré; por outro, somos levados por essa mesma corrente de juízos consagrados, uma vez que há um movimento de afirmação e reconhecimento que, ao invés de invalidar, valida contemporaneamente o sistema esboçado por Candido ao tratar da literatura como parte integrante da constituição de uma comunidade.

É ainda a questão da identidade, tão frisada por estudiosos como os mencionados no início deste texto, que se faz presente; identidade que construindo-se num jogo dialético com o outro, o colonizador, buscou sempre afastar-se do mal-estar de se considerar menor ou em descompasso com o que lhe servira de modelo. E, talvez, possamos dizer que é este mal-estar que se reproduziu no contato das culturas e regiões interioranas com aquelas que estão no eixo cultural (Rio de Janeiro e São Paulo, sobretudo) e das quais partem os juízos críticos mais destacados. O Brasil que, visto durante muito tempo, como o fez Candido, pelo ângulo do subdesenvolvimento, considerou-se (e talvez ainda se considere) situado nas margens da cultura ocidental, possui também em sua geografia as suas muitas margens, dentre as quais uma a que se costuma chamar de sertão. Mas seria o sertão somente um espaço físico distinto do urbano? E que sertão é esse que antes norte

goiano, é hoje o Estado do Tocantins?

2 A literatura e as fronteiras simbólicas do novo Estado

Ao compor um esboço historiográfico do *Conto Brasileiro em Goiás*, Gilberto Mendonça Teles apresentou este Estado a partir de “zonas culturais”, dentre as quais a que se apresentava menos desenvolvida: “o norte goiano, obrigado a sujeitar-se ao seu isolamento geográfico, não pôde logo beneficiar-se dos raros empreendimentos culturais que tiveram as cidades do centro e do sul, mais próximas da Capital (...)” (TELES, 2007, p. 28-29). Norte goiano que, neste texto de 1969, Teles apontara como sendo de tendência separatista e que, de fato, em 1988 se tornaria independente. Ao abordar o conto e, em obra anterior, a poesia em Goiás, o crítico irá apontar a importância de trazer a público o que se encontra à margem do eixo central de circulação cultural (comumente este eixo passa pelo Rio de Janeiro e São Paulo), ao mesmo tempo reivindicando um lugar na história para autores de valor que estariam fora desse eixo:

O conceito geral de Literatura Brasileira se baseia comumente em duas coordenadas, geográfica e estética. Localiza-se aí o problema das literaturas regionais, a ascensão da obra de uma região (Estado) ao grande acervo da literatura nacional, tendo para isso de passar por um crivo estético determinado pela crítica. Trata-se, na verdade, de uma questão de sobrevivência de valor com algumas injustiças que o tempo lentamente se encarrega de reparar, porquanto a crítica raramente toma conhecimento da maioria das obras publicadas na “província” e só à custa de muita perseverança e algum “milagre”, como um prêmio literário, a mão generosa de um editor, consegue o escritor arrancar-se de seu anonimato. Antigamente era até preciso mudar-se para o Rio de Janeiro. (TELES, 2007, p.125).

Seus estudos cumprem a função de dar visibilidade e, de certa forma, respaldo crítico a uma série de autores e obras representativos da cultura goiana e ainda à margem do “grande acervo da literatura nacional” (TELES, 2007, p. 125) – necessidade que também revela a importância da literatura como elemento que confere identidade a uma comunidade, sem, por isso, deixar de perceber o caráter incipiente de grande parte dessa produção. Ao adjetivar uma literatura como “goiana”, Teles marca uma especificidade que nos remete às palavras de Antonio Candido ao tratar da literatura como expressão cultural que ganha matizes diversos em diferentes regiões:

Se não existe literatura paulista, gaúcha ou pernambucana, há sem dúvida uma literatura brasileira manifestando-se de modo diferente nos diferentes Estados (...) não interessa, por isso mesmo, delimitar produções e autores segundo o critério estrito do nascimento, mas segundo o critério mais compreensivo e certo da participação na vida social e espiritual da cidade de São Paulo. (CANDIDO, 2000, 139)

Neste apontamento é possível reencontrar algumas questões centrais quando o assunto é o estilhaçamento da literatura nacional, e sua história, em literaturas regionais ligadas aos anseios de afirmação e valorização de determinadas culturas e Estados, questões tal como: são válidas e necessárias a apresentação e delimitação de obras e autores a partir de um região ou estado de origem?

Candido não afirma de fato a existência, ou inexistência, e conseqüente validade das literaturas particularizadas como “paulista, gaúcha ou pernambucana” – a partícula “se” mantém a dúvida e as questões – mas tampouco deixa de assinalar as diferenças que podem marcar a literatura de acordo com o lugar em que é produzida. Tais diferenças justificam a importância de estudos em torno das produções literárias regionais, mas antes disso, o próprio título do texto de Candido, *A literatura na evolução de uma comunidade*, indicaria uma função social (a de contribuir para o desenvolvimento e identidade de uma comunidade) que dá a medida de importância do texto literário, e do estudo do mesmo, nos mais diversos quadros regionais. Além disso, seria por meio

desses estudos que autores pouco ou nada conhecidos por não possuírem lugar nas histórias da literatura brasileira encontrariam alguma ressonância, daí a constituição de histórias tais como a *História da literatura mineira*, de Martins de Oliveira, a *História da Literatura do Rio Grande do Sul*, de Guilhermino César, e os ensaios historiográficos sobre as produções em Goiás, de Gilberto Mendonça Teles. No caso do recém-criado Estado do Tocantins, a possível existência e configuração de uma literatura que carregasse o adjetivo tocantinense acarretaria alguns impasses significativos.

Poderíamos encontrar como impasse para a afirmação da existência de uma literatura própria do Estado o fato de que, antes pertencente a Goiás e seu circuito cultural, a produção do antigo sertão de Goiás já estaria, mesmo que minimamente, representada nos estudos historiográficos, como o de Teles, referentes à literatura de Goiás. E, além disso, como afirmou o presidente da Academia de Letras Goiana em entrevista sobre o tema, não haveria distinção possível entre “literatura goiana e tocantinense”, uma vez que pertenceriam a um mesmo filão regional, responsável por conferir às obras características estéticas e temáticas semelhantes. Seria então, necessário impor os limites e por quê?

Se por um lado há afirmações que indicam a inexistência de uma literatura que pudesse talvez portar o adjetivo de “tocantinense”, como a do mencionado presidente da academia goiana, por outro há aquelas que buscam e defendem uma autonomia, representativa não somente em termos estéticos culturais, mas políticos e sociais, uma vez que a arte não deixou de ser um elemento importante de afirmação identitária. Prova disso seja, talvez, o fato de que foi criada em 1991, apenas 3 anos após a emancipação do norte goiano e criação do Estado, a Academia Tocantinense de Letras, cuja cadeira número 1 é ocupada pelo atual governador Siqueira Campos. Em cerimônia de inauguração, registrada em ata, alguns oradores insistiram em frisar a independência artística do Estado: “*O Tocantins é rico de valores literários: poetas, escritores em vários gêneros, grandes oradores, notáveis de letras, possuidores de talento, nada têm a perder para os filhos de outros Estados.*” (apud FILHO, 2005, p.48).

Ana Braga, uma das fundadoras da Academia, defendeu em texto publicado em 2012 a singularidade da produção literária do Tocantins e desenhou um breve panorama histórico que, além dos autores representativos, indicou uma origem, uma “nascente literária” que

iniciou-se sobre as pisadas dos missionários vindos do Grão-Pará, conforme se lê na revista Memórias Goianas, vol. I a III. Em 1574, o reino ordenou a organização de uma Bandeira com o objetivo de se descobrir a “Lagoa do Ouro” e nomeou Domingos Garrucho, para chefiá-la. Garrucho partiu da Capitania de São Vicente, rumo ao interior brasileiro, seguindo antigos roteiros, com o fim: conhecer os sertões de Goiás(...). (BRAGA, 2012)¹

E não apenas uma origem, comumente passo inicial para a composição de uma história literária, foi apontada, como também os traços que dariam especificidade a essa literatura: “A literatura tocantinense (...) é nativa, quanto mais se prende à terra a que se refere o autor. O autor pode ser, ou não, tocantinense; também sua criação literária pode ser, ou não, escrita no Tocantins, porém, o autor sendo tocantinense a sua literatura será tido, como o é o seu autor.” (BRAGA, 2012). Os temas ligados à terra são aqui colocados como medida de autenticidade da literatura “tocantinense” e, por tratar-se de um Estado em que grande parte da população veio de outras regiões, os autores são selecionados por sua participação na vida social e cultural da comunidade – o critério de nascimento não é utilizado como fator de inclusão ou exclusão de autores, o que seria inviável (o que vai ao encontro do que afirmara Antonio Candido no trecho inicialmente transcrito).

Vários autores foram alinhavados na linha histórica construída por Ana Braga e a estes, de certa forma, são dados leitores a partir da exigência de obras regionais no vestibular. Dessa forma as obras começam a circular, ainda que sem um respaldo ou trabalho crítico de maior fôlego que possa, dentro de um circuito local, avaliar criticamente as produções, estimulando a leitura, sem

¹Disponível em <http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php?cod=11976&cat=Ensaio&vinda=S>.

obrigações, das obras revestidas de qualidade literária. Estes esforços institucionais e acadêmicos dão a medida de importância do texto literário em um momento que é de afirmação identitária e política, talvez porque a literatura venha simbolicamente suprir a necessidade de singularização das fronteiras, necessidade de ter voz e, ainda que dentro de um circuito criado internamente, se fazer ouvir.

Em entrevista concedida, em 2001, ao Jornal Folha da Cidade de Gurupi, o ocupante da cadeira número quinze da Academia Tocantinense de Letras assim definiu o objetivo de seu trabalho, bem como dos demais colegas da academia: “nosso trabalho é independente e regional. E tem um só objetivo: resgatar e contribuir para a independência cultural do Tocantins, em relação aos outros estados.” (LIMA, 2007, p. 8). Jorge Lima de Moura, ou, como assina seus livros, Moura Lima é este acadêmico que, constantemente focando em seus textos os substratos míticos, sociais e folclóricos do Tocantins, afirmou também em entrevista que “o regionalismo brasileiro é marcado pelo amor à terra, edificado no homem, sua organização social; é também historicista, memorialista e profundamente cheio de reminiscência do paraíso perdido (...) é a leitura do horizonte particular em relação ao universal” (LIMA, 2007, p. 11).

Fincando raízes no particular, sem deixar de almejar o particular, recuperando histórias e tragédias que marcaram o que era o sertão de Goiás, Moura Lima gestou um universo que, de altos e baixos, o conduziu ao lugar de destaque: é considerado autor do primeiro romance tocantinense, *Serra dos Pilões, Jagunços e Tropeiros*, o qual, de acordo com Assis Brasil, logrou “retratar um mundo interiorano e se realizar como obra de arte” (BRASIL, 2000, p. 107). E vale entrar brevemente nos meandros desse universo, que nos permite refletir um pouco sobre o que seria o sertão, ou, os possíveis sertões.

3 “Criar sertão/ carece quimera”² ...

Situado em uma espécie de bifurcação entre o rio Tocantins e o rio do Sono, o município de Pedro Afonso, um dos maiores empórios comerciais do alto sertão, foi devastado no início do século XX devido à ambição de comerciantes e jagunços, tornando-se ruínas após uma chacina. Entre estas ruínas, Cipriano, um dos personagens centrais de *Serra dos Pilões, Jagunços e Tropeiros*, se põe a reconstruir o passado:

Tudo calado. Vila morta. Bagaço de tapera. Um cemitério. (...) A Vila de Pedro Afonso, outrora cheia de vida, com os batelões descarregando mercadorias no porto local e saindo carregados com os produtos da terra, para o Maranhão e Belém. E agora? Um cemitério! Uma tapera! Parecendo povoado fantasma, depois do assalto da jagunçama da Abílio Batata (...) Uma miséria! Terra arrasada! E lá embaixo o rio Tocantins segue o seu curso eterno. (LIMA, 2011, p. 23-24)

A narrativa, seguindo o eixo historicista apresentado por Moura Lima como linha de força do regional, irá rememorar tanto a tragédia de Pedro Afonso, como outros acontecimentos importantes para povoados vizinhos, como Porto Nacional e a construção da Catedral. Tal rememoração se dá nos interstícios de uma vingança: o bando de jagunços liderados pelo capitão Labareda, aliado de Cipriano, viaja pela Serra do Jalapão, Serra dos Pilões e outras localidades à procura do bando de Abílio Batata, que chefiara o ataque à Pedro Afonso. Nesta trajetória, o leitor acompanha, pela voz de um narrador onisciente, sucessivas cenas de violência, ora engendradas pelo grupo de Abílio, ora pelo grupo do Capitão Labareda. Assassínatos com requintes de crueldade são recorrentes, narrados com a concisão e fluência adequadas para se retratar algo que seria corriqueiro e natural. Assim é a cena de punição dos jagunços que traíram Labareda: “Os prisioneiros são amarrados juntos (...) Os prisioneiros fecham os olhos. O tiraço reboa profundo na mata. Os miolos dos cabras esparramam-se pelo tronco da árvore, dando excelente acepipe para as

² Versos iniciais do poema *Um poema CATEDRAL Uma canção*, dos autores tocantinenses Célio Pedreira e Elizeu Lira.

formigas (...) (LIMA, 2007, p. 170).

Estamos imersos em um sertão bruto, não pela natureza que, aliás, é apresentada como fonte de renovação – “A natureza tece um tapete verde sobre a areia (...) os sertões se refazem na magia das seivas” (LIMA, 2007, p. 39) – mas pelo homem que ali segue outras leis – “As forças do Governo não chegam àquela região (...) É um sertão bravio, marcado pela violência e dureza dos homens” (LIMA, 2007, p. 39). O que caracteriza o espaço narrativo e mobiliza a história não são os entraves ou as dificuldades de uma terra calcinada ou em ruínas, ou seja, a questão principal não é o espaço físico, o que é considerado um dos elementos essenciais de configuração de uma obra regionalista; o que move e mobiliza é o sertão cultural, um espaço de práticas e de memórias em que, nas palavras de Eduardo José Tollendal, “vige a irracionalidade”³ (TOLLENDAL, 2007, p.211).

O romance de Moura Lima nos dá a perceber não somente o abandono e as carências de uma região pontilhada por tragédias – o autor desenhou ficcionalmente também o massacre na Vila do Peixe em *Chão das Carabinas* –, deixada às margens de iniciativas políticas e culturais, o que desencadearia sua emancipação, como também deixa à superfície dos fatos a realidade de um sertão calcinado pela humanidade que ali transita, homens também em ruínas, tal como a Vila de Pedro Afonso. Pensado assim, como local em que “os bens materiais e simbólicos da civilização ocidental não penetram em densidade” (TOLLENDAL, 2007, p.211), alguns espaços dentro das próprias metrópoles urbanas tornam-se espaços de sertão.

Onde habita a irracionalidade, a diferença que gera quase a incomunicabilidade e o espanto, estaria o sertão? O sertão está nos homens, para lembrar Guimarães Rosa; homens do sertão de Minas Gerais e do sertão do Jalapão; homens mirando das favelas as avenidas centrais das grandes cidades. O sertão pode, ainda ser um rio, tal como no conto *Um balseiro do Rio do Sono*, presente no livro *Mucunã*, em que uma embarcação transformada em casa, transportava uma família em busca de outra margem, na fuga da miséria carregando nas águas suas memórias e costumes, vivos nas muitas histórias contadas durante a viagem:

O mestre Jatobá, com o contra-mestre Justino Bacaba, e sua família, mais o velho Morgado se aboletaram na tosca embarcação, com destino à Carolina. Iam de muda, à procura de vida nova, com seus escassos rebotalhos de viagem. A balsa no seu protótipo de cabana rústica, serena e silenciosa, seguiu pelo leito nervoso do rio Vermelho, que ia lambendo os beiradões escarpados dos barrancos. (LIMA, 2000, p.14-15)

O rio que acompanha indiferente o destino dos homens, torna-se aqui caminho para a representação de um sertão que é mais memória e desejo de futuro, em outra margem civilizacional – o sertão quimera como dizia o poeta tocantinense Célio Pedreira ao cantar a construção da Catedral à beira igualmente de outro rio.

Talvez, algumas das narrativas de Moura Lima estejam abertas a problematizações que seu autor não esboçou em seu elogio ao regionalismo, uma tendência que vigora entre muitos escritores que se dedicam aos espaços tocantinenses. O apego e o amor à terra movem talvez a tomada de temas dedicados ao Estado, onde grande parte desses autores escolheu residir e conseqüentemente representar, mas somente isso não sustenta uma obra de arte, tampouco confere densidade a estes escritos, pelo contrário nos faz retroceder ao estigma do exotismo em nossas letras. Afinal, o paraíso perdido, que mencionou Moura Lima, nunca esteve no espaço físico de fato, mas no imaginário dos homens que o buscaram. O segredo do regionalismo de um Graciliano Ramos talvez estivesse aí; apresentar o homem na matéria bruta de que é feito. E é assim, mas de uma violência mais primária, que o sertão de Moura Lima se apresenta, requerendo um lugar para a sua e as demais vozes que escrevem neste antigo norte de Goiás.

³ Refiro-me ao texto *Um só Brasil: do sertão do Conselheiro ao sertão de Riobaldo, passando pelo mato-virgem de Macunaíma*.

4 Conclusão

Falar de Regionalismo, ou melhor Regionalismos, bem como de sertão é entrar em algumas encruzilhadas e, veredas como nos sugere Rosa, as quais dificilmente saímos com respostas prontas ou fáceis. E falar desses tópicos em relação a narrativas que, recentemente, requerem um lugar para si e para o novo Estado que representam, torna-se um duplo desafio. No caso do Tocantins, a insistência de acadêmicos e políticos em delinear uma produção que se distinguiria por seu local de produção nos permite afirmar a validade simbólica do texto literário como discurso fundador, como já demonstrava e defendia Antonio Candido. E, por outro lado, a profusão dessas narrativas no circuito cultural do Estado, nos dá matéria para reavaliar alguns juízos, como alguns do próprio crítico sobre a pertinência de tais obras na atualidade.

Se grande parte dessa produção corresponderia a uma literatura de menor qualidade estética, ou haveria algumas com qualidade e validade para além da função de afirmação de uma nova comunidade, não nos coube neste curto espaço arriscar responder, o que nem seria possível dado a amplitude da matéria. O que ensaiou-se aqui foi esboçar algumas considerações e reflexões, ainda que breves e lacunares, concernentes ao estudo recentemente iniciado sobre alguns autores tocantinenses e sua busca pela afirmação do que foi e ainda é considerado sertão.

Referencias Bibliográficas

ARRIGUCCI Jr. Davi. *O sertão em Surdina*. In: _____. *O guardador de segredos: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 87-99.

BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1994.

BRAGA, Ana. *A Literatura no Tocantins*. Disponível em <http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php?cod=11976&cat=Ensaio&vinda=S>.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 11. Ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.

CANDIDO, Antonio. *A literatura no desenvolvimento de uma comunidade*. In *Literatura e Sociedade – Estudos de teoria e história literária*. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.

FILHO, Juarez Moreira. *Perfil da Academia Tocantinense de Letras*. Goiânia: Editora Bandeirante, 2005.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *Anotações à margem do regionalismo. Literatura e Sociedade*, São Paulo, v. 5, p. 45-55, 2000.

LIMA, Moura. *Mucunã*. Gurupi: Gráfica e Editora Cometa, 2000.

LIMA, Moura. *Serra dos Pilões. Jagunços e Tropeiros – Romance nos sertões do Jalapão*. 3ª ed. Gurupi: Gráfica e Editora Cometa, 2001.

LIMA, Moura. *Zênite – A Linguagem dos Trópicos*. Gurupi: Gráfica e Editora Cometa, 2007.

MARTINS, Mário Ribeiro. *Serra dos Pilões - Jagunços e Tropeiros, um patrimônio cultural de Goiás e Tocantins*. Disponível em <http://www.recantodasletras.com.br/ensaios/1593398>

MOREIRA, Maria Eunice (org). *Histórias da Literatura: Teorias e Perspectivas*. Porrrto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

OLIVAL, Moema de Castro e Silva. *Moura Lima: a voz pontual da alma tocantinense*. Gurupi: Gráfica e Editora Cometa, 2003.

PEDREIRA, Célio; LIRA, Elizeu. *Um poema CATEDRAL Uma canção*. Porto nacional: Pote, 2003.

SANTINI, Juliana . *A Formação da Literatura Brasileira e o regionalismo*. O Eixo e a Roda (UFMG), v. 20, p. 69-85, 2011.

TELES, Gilberto Mendonça. *O conto brasileiro em Goiás*. Goiânia: Ed. da UCG, 2007.

TELES, Gilberto Mendonça. *A poesia em Goiás – Estudos Goianos I*. Goiânia: Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1983.

TOLLENDAL, Eduardo José. *Um só Brasil: do sertão do Conselheiro ao sertão de Riobaldo, passando pelo mato-virgem de Macunaíma*. In: Joana Luiza Muylaert de Araújo; Luiz Humberto Martins Arantes. (Org.). *Imagens do Brasil disseminadas em prosa e verso: história sem data, lugares à margem*. 1ed. Uberlândia: EDUFU, 2007, v. 1, p. 209-238

VICENTINI, Albertina. Regionalismo literário e sentidos do sertão. *Revista Sociedade e Cultura*, v. 10, n. 2, JUL./DEZ. 2007, p. 187-196